

LEI Nº 470 / 2020.

“Determina infrações sanitárias em virtude da pandemia provocada pelo Coronavírus (COVID-19), estabelece sanções, e dá outras providências”.

O Povo do município de Catuji/MG, por seus representantes legais, aprovou e eu, Prefeito do Município **sanciono** a seguinte Lei:

Artigo 1º - As infrações à legislação sanitária para o combate da pandemia provocada pelo Coronavírus – COVID-19 no Município, ressalvadas as previstas expressamente em normas especiais, são as determinadas na presente Lei.

Artigo 2º - Sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, as infrações sanitárias serão punidas, alternativa ou cumulativamente, com as penalidades de:

I – advertência;

II – pena educativa;

III – interdição, total ou parcial, do estabelecimento, da atividade e do produto;

IV – cassação da autorização de funcionamento;

V – multa pecuniária.

Assinatura do responsável

Esta lei foi publicada no quadro de publicações do poder executivo Municipal Catuji, 24/06/2020

Artigo 3º - A pena de advertência será lavrada em documento próprio e deverá ser exposta em local visível no caso dos estabelecimentos comerciais.

Artigo 4º - A pena educativa consiste na:

I – divulgação, a expensas do infrator, de medidas de prevenção Coronavírus – COVID-19;

II – veiculação, pelo estabelecimento, das mensagens expedidas pela Secretaria Municipal de Saúde acerca do tema objeto da sanção, a expensas do infrator.

Artigo 5º - As medidas de interdição e cassação da autorização de funcionamento poderão ser aplicadas ao estabelecimento, quando for constatado a reincidência no descumprimento das normas expedidas pelo Município ou houver indício de infração sanitária em que haja risco para a saúde da população.

§ 1º - A medida de interdição total ou parcial, do estabelecimento ou do produto poderá, mediante processo administrativo, tornar se definitiva até o fim da pandemia causada pelo Coronavírus – COVID-19.

§ 2º - A interdição do estabelecimento perdurará até que sejam sanadas ou cessadas as irregularidades objeto da ação fiscalizadora.

Artigo 6º - A pena de multa, graduada de acordo com a gravidade da infração e a condição econômica do infrator, será aplicada mediante procedimento administrativo, e o valor da multa será recolhido à conta do Fundo Municipal de Saúde e deverá ser aplicada em ações de combate da pandemia provocada pelo Coronavírus – COVID-19 no Município.

Parágrafo único – A multa não paga no prazo legal será inscrita em dívida ativa.

Esta lei foi publicada no quadro de publicações do poder executivo Municipal, Catuji, 24/06/2020

Assinatura do responsável

[Assinatura]



Artigo 7º - As ações de vigilância sanitária serão exercidas por autoridade sanitária municipal, que terá livre acesso aos estabelecimentos e aos ambientes sujeitos ao controle sanitário.

Artigo 8º - Para os efeitos desta lei, são autoridades sanitárias:

I – o Secretário Municipal de Saúde ou autoridades equivalentes;

II – os demais Secretários Municipais com interveniência na área da saúde, no âmbito de sua competência;

III – o ocupante de função ou cargo de direção, assessoramento e coordenação das ações de vigilância à saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde ou órgãos equivalentes, no âmbito de sua competência;

IV – o servidor integrante de equipe multidisciplinar ou de grupo técnico de vigilância sanitária e epidemiológica e de área relacionada à saúde, observada sua competência legal;

V – o servidor público integrante do SUS, designado para o exercício de atividade de regulação da assistência à saúde, de vigilância sanitária, de vigilância epidemiológica e ambiental ou da auditoria assistencial do SUS.

Artigo 9º - Entendem-se por controle sanitário as ações desenvolvidas pelas autoridades sanitárias para aferição do cumprimento das medidas para o combate da pandemia provocada pelo Coronavírus – COVID-19, envolvendo:

I – inspeção;

II – fiscalização;



Assinatura do responsável

Esta lei foi publicada no quadro de publicações do poder executivo Municipal, Catuji, 24/06/2020

III – lavratura de autos;

IV – aplicação de penalidades.

Artigo 10 - Considera-se infração sanitária, para os fins desta lei, a desobediência ou a inobservância do disposto nas normas legais, regulamentares, bem como as deliberações do Comitê Gestor do Plano de Prevenção e Contingenciamento em Saúde do COVID-19 – Comitê Extraordinário COVID-19, e outras normas que, por qualquer forma, se destinem a promover, proteger, preservar e recuperar a saúde durante a pandemia provocada pelo Coronavírus – COVID-19.

Parágrafo único – Responderão pelas infrações de que trata o *caput* deste artigo os responsáveis administrativos ou os proprietários dos estabelecimentos sujeitos à fiscalização mencionados nesta lei e, as pessoas físicas que forem flagradas descumprindo as normas estabelecidas pelo Município.

Artigo 11 - Constituem infrações sanitárias, ressalvadas as previstas na legislação federal e estadual sem prejuízo do disposto no artigo 9º desta lei:

I – Deixar de executar, dificultar ou opor-se à execução de medidas destinadas ao combate da pandemia provocada pelo Coronavírus – COVID-19 no Município;

II – descumprir lei, norma ou regulamento destinados a promover, proteger e recuperar a saúde;

III – deixar de utilizar a máscara de proteção conforme Decreto Municipal nº 1.302/2020, e os que o sucederem com a mesma natureza normativa.

IV – realizar festas com aglomeração de pessoas;

V – manter aberto estabelecimento em desacordo com o Decreto Municipal nº

Assinatura do responsável

Esta lei foi publicada no quadro de publicações do poder executivo Municipal, Catuji, 24/05/2020

1.302/2020, e os que o sucederem com a mesma natureza normativa.

VI – divulgar notícias falsas (fake News) a respeito de ações relativas ao Coronavírus – COVID-19;

VII – realizar velório com a presença de mais de 10 (dez) pessoas.

§1º - As sanções previstas neste artigo serão aplicadas pela autoridade sanitária competente.

§2º - As penas para o disposto nos incisos I e II são aquelas previstas no artigo 2º, conforme a gravidade.

§3º - As penas para o disposto nos incisos III e VII serão de:

I – advertência;

II – em caso de reincidência, multa de R\$ 80,00 (oitenta reais);

§4º - As penas para o disposto no inciso IV serão de:

I – multa de R\$ 1.045,00 (mil e quarenta e cinco reais), para o realizador da festa;

II – interdição do local, em caso de sítios, clubes, salões de festa;

III – advertência para todos os participantes.

§5º - As penas para o disposto no inciso V serão de:

I – multa no valor de R\$ 2.090,00 (dois mil e noventa reais);

Esta lei foi publicada no quadro de publicações do poder executivo Municipal. 24/10/2020 Catuji, 24/10/2020

Assinatura do responsável



II – em caso de reincidência, além da interdição do estabelecimento, a multa prevista no inciso I será aplicada em dobro.

§6º - As penas para o disposto no inciso VI serão de:

I – advertência;

II – pena educativa;

III – cassação da autorização de funcionamento;

IV – multa no valor de R\$ 1.045,00 (mil e quarenta e cinco reais);

V – em caso de reincidência, a multa prevista no inciso IV será aplicada em dobro.

Artigo 12 – Quando o infrator for integrante da administração pública, direta ou indireta, a autoridade sanitária notificará o superior imediato do infrator e, se não forem tomadas as providências para a cessação da infração no prazo estipulado, comunicará o fato ao Ministério Público, com cópia do processo administrativo instaurado para apuração do ocorrido.

Parágrafo único – As infrações sanitárias que também configurarem ilícitos penais serão comunicadas à autoridade policial e ao Ministério Público.

Artigo 13 – As infrações às disposições legais e regulamentares de ordem sanitária prescrevem em cinco anos.

§1º - A prescrição se interrompe pela notificação ou por outro ato da autoridade competente que objetive a apuração da infração e a consequente imposição de pena.

Assinatura do responsável



§2º - Não corre o prazo prescricional enquanto houver processo administrativo pendente de decisão.

Artigo 14 – As infrações serão apuradas por meio de processo administrativo próprio, iniciado com a lavratura do auto de infração, observados os ritos e prazos estabelecidos nesta lei.

Parágrafo único – Compete a Secretaria Municipal de Saúde instaurar o processo previsto no *caput* deste artigo.

Artigo 15 – A autoridade sanitária, no exercício da ação fiscalizadora, lavrará, no local em que for verificada a infração ou na sede da repartição sanitária, o auto da infração sanitária, que conterá:

I - o nome do infrator, seu domicílio, residência e os demais elementos necessários à sua qualificação civil;

II - o local, a data e a hora da lavratura do auto de infração;

III - a descrição da infração e a menção do dispositivo legal ou regulamentar transgredido;

IV - a pena a que está sujeito o infrator;

V - a declaração do autuado de que está ciente de que responderá pelo fato em processo administrativo;

VI - a assinatura do autuado ou, no caso de ausência ou recusa, a de duas testemunhas e a do autuante;

Esta lei foi publicada no quadro de publicações do poder executivo Municipal, 24, 106, 12020
Catuji, 24, 106, 12020
Assinatura do responsável



VII - o prazo para interposição de recurso, quando cabível.

§1º - Havendo recusa do infrator em assinar o auto, será feita, neste, a menção do fato.

§2º - O fiscal sanitário é responsável pelas declarações que fizer no auto de infração, sendo passível de punição, por falta grave, em caso de falsidade ou de omissão dolosa.

Artigo 16 – O infrator será notificado para ciência do auto de infração:

I - pessoalmente;

II - pelo correio ou por via postal;

III - por edital, se estiver em local incerto ou desconhecido.

§1º - O edital de que trata este artigo será publicado, uma única vez, no órgão oficial de imprensa ou em jornal de grande circulação local, considerando-se efetivada a notificação cinco dias após a publicação.

§2º - Se o infrator for notificado pessoalmente e se recusar a dar ciência da notificação, o fato será consignado por escrito pela autoridade que a efetuou.

Artigo 17 – A presente lei poderá ser regulamentada por Decreto do Executivo Municipal, no que couber.

Esta lei foi publicada no quadro de publicações do poder executivo municipal, em 24/06/2020.

Assinatura do responsável



Artigo 18 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Catuji – MG, 24 de Junho de 2020 (quarta-feira).

Fúvio Luziano Serafim
Prefeito do Município

Esta lei foi publicada no Poder Executivo
publicações do poder executivo
Municipal, 24 / 06 / 2020
Catuji, 24 / 06 / 2020
Assinatura do responsável